



REFLEXÕES E PERCEPÇÕES DA ORALIDADE COMO FORMA DE LINGUAGEM

Giselle Leite Franklin von Randow¹, Leandro Soares von Randow², Sílvia Kelly da Silva Ventura³

¹ Mestre e Especialista em Direito e Processo do Trabalho, graduada em Direito pela Universidade de Vila Velha (UVV). Coordenadora do curso de Direito e professora de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Centro Universitário UNIFACIG. Advogada no escritório Von Randow Advogados. Manhuaçu- MG. giselle@vonrandow.adv.br

² Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Professor de Direito do Trabalho e Direito Civil da Faculdade de Direito e Ciências Sociais do Leste de Minas (FADILESTE). Advogado e sócio fundador do escritório de advocacia Von Randow Advogados. Manhuaçu-MG. leandro@vonrandow.adv.br

³ Pós graduanda em Direito Previdenciário. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Viçosa – MG. Advogada do escritório de advocacia Von Randow Advogados. Manhuaçu – MG. silviaventuraufv@gmail.com.

Resumo: Apresenta-se no presente trabalho, a oralidade como forma de linguagem, resultado de uma investigação acerca das primeiras percepções orais, das experiências dos sofistas, da filosofia grega, dos oradores de Roma, até as narrativas orais, que nada mais são que uma das mais antigas formas de expressão popular, como forma de reflexão e de sua importância ao longo do tempo junto com o desenvolvimento da humanidade.

Palavras-chave: oralidade; linguagem; sofistas; filosofia.

Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes

REFLECTIONS AND PERCEPTIONS OF ORALITY AS A FORM OF LANGUAGE

Abstract: The present paper presents orality as a form of language, the result of an investigation about the first oral perceptions, the experiences of the sophists, of Greek philosophy, of the speakers of Rome, even the oral narratives, which are nothing but one of oldest forms of popular expression.

Keywords: orality; language; sophists; philosophy

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central a análise da oralidade como forma de linguagem, considerando-a, para tanto, como uma prática social interativa para fins comunicativos, imprescindível à diferenciação do homem em face de outros animais.

A relevância do estudo encontra-se na disseminação de ideias e conceitos necessários à compreensão do tema. Para tanto, lançou-se mão de determinados objetivos específicos a partir dos quais a pesquisa foi desenvolvida, quais sejam: analisar, em termos gerais, a oralidade como forma de linguagem; estudar as primeiras percepções da oralidade; abordar a relação da retórica e dos sofistas; analisar o entendimento acerca da oralidade sob a ótica dos filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles, bem como dos oradores de Roma; e compreender as narrativas orais enquanto formas de expressão.

Para que fosse alcançado o objetivo final da pesquisa, esta foi desenvolvida a partir de procedimentos de descrição e de revisão bibliográfica a fim de construir e compreender conceitos e analisar a oralidade como meio de comunicação.

Assim, o objetivo principal deste estudo é o de se verificar que, mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção

cultural e de socialização (MARCUSCHI, 2003), constituindo-se as narrativas orais em parte da identidade cultural de um povo, variando conforme a sociedade em que estão inseridas.

1. A ORALIDADE COMO FORMA DE LINGUAGEM

Pode-se conceituar, de maneira simplificada, a oralidade como o ato de falar.

A oralidade, conforme definição de Marcuschi (2003, p. 25), “seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso”.

Por ser a oralidade uma importante espécie de linguagem, imprescindível à diferenciação do homem em face de outros animais, coloca-o em estado de relação com os demais homens, sendo fundamental para a participação social efetiva.

Onde quer que existam seres humanos, eles têm uma linguagem, que, na maioria das vezes, se apresenta de maneira falada e ouvida. Embora se comuniquem de maneiras diversas, nenhuma delas é comparável à linguagem oral, através do som articulado.

Como ensina Reyزابال (1999), as emoções mais intensas e pessoais exigem os sons da voz: do suspiro ao murmúrio até o grito revelam uma explosão vocal do ser, uma maneira de respirar, até mesmo antes da palavra. É pela voz, e não pela escrita, que se diferencia sexos, idades e estados de ânimo. A voz envolve o corpo, por isso se fala de “beber as palavras”, “engolir as palavras”, etc. Dentro do grupo social, a comunicação oral implica uma função exteriorizadora, auto afirmativa, pois permite a transmissão do discurso que a comunidade sustenta a si mesma, o que assegura sua continuidade.

A fala é inseparável da consciência e sempre fascinou os seres humanos, além de trazer à tona reflexões importantes sobre si mesma, desde os mais antigos estágios da consciência, muito tempo antes do surgimento da escrita:

Na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, em todas as milhares de línguas – talvez dezenas de milhares – faladas no curso da história humana, somente cerca de 106 estiveram submetidas à escrita num grau suficiente para produzir literatura – e a maioria jamais foi escrita. Das cerca de 3 mil línguas faladas hoje existentes, apenas aproximadamente 78 têm literatura (ONG, 1998, p. 15).

A oralidade se faz tão imperativa numa sociedade que, ainda hoje, centenas de línguas ativas nunca foram escritas, enquanto “a oralidade básica da linguagem é constante” (ONG, 1998, p. 15).

Nos quatro cantos do mundo, os provérbios são ricos de observações acerca desse espantoso fenômeno humano do discurso na sua forma original oral, acerca de seus poderes, sua beleza, seus perigos. A mesma fascinação pelo discurso oral continua inalterada séculos depois de a escrita ter sido posta em uso (ONG, 1998, p. 17).

Por sua força, a palavra dita, cantada, recitada, se constrói no presente, projetando-se no futuro em pleno movimento de criação, construindo palavra por palavra, justamente por ter como único recurso o “sair da boca de quem fala para o ouvido de quem escuta” (BRANDÃO, 1999).

A fala, conforme Marcuschi (2003), enquanto manifestação da prática oral, é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Para o autor, mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização.

2 AS PRIMEIRAS PERCEPÇÕES DA ORALIDADE

A oralidade é tão antiga quanto a própria História. Ademais, toda a História, antes de ser escrita, passou por etapas narrativas ou manifestações de oralidade aferidas há séculos.

Tanto o é que a Bíblia, assim como outros livros sagrados, lendas, casos folclóricos, mitos, mitologias e poemas épicos sobre a aventura humana, como a Ilíada e a Odisseia, têm origem na oralidade.

As crenças e as religiões atribuem a origem da oralidade a uma força divina, aos animais e a seres fantásticos que o homem teria inventado.

Narra Kristeva (1969) que, pretendendo encontrar a língua original, Heródoto relata a experiência de Psamético I, rei do Egito, que teria mandado um pastor educar duas crianças desde o seu nascimento sem nenhum contato com qualquer língua, incumbindo-o de registrar as primeiras expressões das crianças. Após dois anos, o pastor registrou que na entrada de seu quarto, as crianças vieram até ele, estenderam suas mãos, dizendo βexος (pão, em frígio). Tal relato levou o rei à conclusão de que o frígio era mais antigo que o egípcio. Assim, o povo egípcio passou a considerar o frígio como a língua original, de onde derivavam todas as outras línguas.

Os historiadores, buscando encontrar a origem da oralidade, tentaram descobrir as leis primordiais da língua observando os hábitos locutórios das pessoas bilíngues e políglotas, na hipótese de ser o políglotismo um momento histórico anterior ao monóglotismo. No entanto, conforme demonstra Kristeva (1969), a única conclusão que chegaram foi o processo através do qual uma língua já constituída é aprendida pelos sujeitos de uma determinada sociedade, podendo elucidar sobre as particularidades psicológicas dos sujeitos que falam ou aprendem uma certa língua, embora não tenham conseguido esclarecer o processo histórico de formação e a origem da linguagem.

Ressaltam Olson e Torrance (1995) que as sociedades pré-históricas se formaram com base na intercomunicação por meio da língua, fossem seus membros caçadores e colhedores de frutos, agricultores ou algo intermediário entre essas duas categorias. Por incontáveis milênios, conseguiram gerir seus assuntos – os acordos comuns, os costumes e a propriedade que tornam operante uma sociedade – por meio apenas da linguagem oral. Comportavam-se, pensavam e reagiam oralmente.

A reflexão acerca do papel da oralidade no mundo contemporâneo nos conduz à civilização grega: “Um universo social onde a palavra é mágica, a cultura difusa, as obras anônimas e as poesias – atividades inspiradas e facilmente memorizadas – pertenciam a todos e eram de autoria coletiva” (SHIKIDA; MOURA, 2007).

Fontes (2004) aponta para as narrativas místicas cantadas e contadas em versos – Ilíada e Odisseia – atribuídas à enigmática figura de Homero. Elas representam para os gregos não somente o símbolo da sua unidade cultural como povo, mas igualmente a expressão da sua religião e da sua visão de mundo.

Explica Walter Ong (1998) que os gregos homéricos valorizavam os clichês porque não apenas os poetas, mas o mundo poético oral ou o mundo do pensamento apoiava-se na constituição formular do pensamento.

O mesmo autor infere que “a cultura oral, o conhecimento, uma vez adquirido, devia ser constantemente repetido ou se perderia: padrões de pensamento fixos, formulares, eram essenciais à sabedoria e à administração eficiente” (ONG, 1998, p. 33).

Essas sociedades eram fortemente marcadas por um cenário predominantemente oral e esses narradores ocupavam um lugar de prestígio. Eram vistos “como um instrumento de poder que lhes era exterior, mas que dominavam e falavam através deles com a própria voz” (SHIKIDA; MOURA, 2007).

3 A RETÓRICA E OS SOFISTAS

No Ocidente, entre os antigos gregos, “a fascinação apresentou-se na formação da vasta e rigorosamente elaborada arte da retórica, o mais abrangente tema de estudos em toda a cultura ocidental por dois mil anos” (ONG, 1998, p. 17).

O termo grego *retoriké* origina-se dos termos *retor* (orador) e *retoreia* (discurso público, eloquência) e significa tanto a arte oratória como a disciplina que versa essa arte.

A respeito do surgimento da retórica, descreve Barthes:

A retórica nasceu de processos de propriedade. Cerca de 485 a.C., dois tiranos sicilianos, Gelão e Hierão, efectuaram deportações, transferências de população e expropriações, para povoar Siracusa e lotear os mercenários; quando foram depostos por uma sublevação democrática e se quis voltar à ante qua, houve processos inumeráveis, pois os direitos de propriedade eram pouco claros. Estes processos eram de um novo tipo: mobilizavam grandes júris populares, diante dos quais, para os convencer, era necessário “ser eloquente”. Esta eloquência, ao participar simultaneamente da democracia e da demagogia, do judicial e do político constituiu-se rapidamente em objecto de ensino. Os primeiros professores desta nova disciplina foram Empédocles

de Agrigento, Corax, seu aluno de Siracusa (o primeiro que cobrava pelas suas lições), e Tísias (BARTHESE, 1987, p. 23).

Sobre isso, acrescenta Kristeva:

A eloquência só se desenvolveu na Grécia no fim do século V, sob a influência dos retóricos e dos sofistas, no recinto da Assembleia onde qualquer cidadão participava da política tomando a palavra. Julga-se no entanto que a retórica é de origem siciliana, e deve o seu nascimento aos discursos de defesa dos cidadãos nos processos. Foi aí, em Siracusa, que Korax e Tísias escreveram o primeiro tratado de retórica, distinguindo como partes do discurso: o exórdio, a narração, a discussão e a peroração (KRISTEVA, 1969, p. 388).

Informa Ong (1998) que a retórica significava basicamente o ato de falar em público, ou oratória, o que durante séculos, até mesmo nas culturas escritas e tipográficas, permaneceu, no fundo, praticamente como o paradigma de todo o discurso.

A história relata célebres oradores gregos e latinos cuja maestria fascinava multidões. Embora o pensamento dos oradores apresentasse grande relevância, conta-se que o que exercia a influência sobre as massas era a técnica que usavam para o passarem para a língua nacional.

A retórica, então, torna-se a arte de falar de modo a persuadir e a convencer através de argumentos. É neste contexto que surgem os sofistas, mestres da retórica e da arte do discurso.

O significado da palavra sofista tem origem nas palavras gregas *sophos*, *Sophia*, que significa “sábio” e “sabedoria”. Portanto, tais pensadores se denominavam sábios.

Del Vecchio (2006, p. 15) define os sofistas como

(...) homens de grande eloquência e bravura dialética, percorriam cidades, sustentando em seus discursos teses assaz disparatadas; compraziam-se em se opor às crenças dominantes, muitas vezes suscitando escândalo público em razão de seus paradoxos.

Complementando, o autor doutrina:

Os sofistas eram individualistas e subjetivistas. Ensinavam que cada homem tem um modo próprio de ver e de conhecer as coisas, do que resultava a tese de que não pode existir uma verdadeira ciência objetiva e universalmente válida. Destaca-se a famosa frase de Protágoras que diz que “o homem é a medida de todas as coisas” (DEL VECCHIO, 2006, p. 15).

Em meados do século V a.C., os sofistas começaram a participar dos processos políticos e a propor discussões em praças públicas, com ideias inovadoras e contestadoras para a época.

Os sofistas tiveram importante papel na formação da arte oratória. Na obra *Arte de disputar*, Protágoras professa que “sobre qualquer assunto existem duas teses opostas, e o orador perfeito deve conseguir fazer prevalecer a tese fraca sobre a tese forte” (KRISTEVA, 1969, p. 388).

Eram, portanto, homens que transitavam pelas cidades com o objetivo de transmitir seus conhecimentos para os filhos dos cidadãos em troca de dinheiro. Valorizavam e ensinavam a retórica e a arte de argumentar:

A palavra é uma grande dominadora, que com pequeníssimo e sumamente invisível corpo, realiza obras diviníssimas, pois pode fazer cessar o medo e tirar as dores, infundir a alegria e inspirar a piedade... O discurso, persuadindo a alma, obriga-a, convencida a ter fé nas palavras e a consentir nos fatos... A persuasão, unida à palavra, impressiona a alma como quer... O poder do discurso com respeito à disposição da alma é idêntico ao dos remédios em relação à natureza do corpo. Com efeito, assim como os diferentes remédios expõem do corpo de cada um diferentes humores, e alguns fazem cessar o mal, outros a vida, assim também, entres os discursos alguns afligem e outros deleitam, outros espantam, outros excitam até o ardor os seus ouvintes, outros envenenam e fascinam a alma com persuasões malvadas (GÓRGIAS, *Elogio de Helena*, 8, 12-14, in DINUCCI, 2009).

Com a prática da oratória, uma ilustre escola de oradores se formou, citando, como exemplo, os sofistas Górgias, Demóstenes e Calixto, Heglésias, entre outros, todos fruto de uma vida pública intensa, constituindo, assim, a ciência do discurso.

4 OS FILÓSOFOS GREGOS SÓCRATES, PLATÃO E ARISTÓTELES E A ORALIDADE

Sócrates é um dos personagens mais marcantes da filosofia grega, não apenas pela influência que exerceu sobre outros filósofos, como Platão, mas também sobre as escolas posteriores.

Insurgindo-se contra a eloquência, Sócrates aduzia que a retórica dos sofistas se cingia à ignorância, por não despertar o conhecimento, a sabedoria. Eram necessárias indagações que proporcionassem um discurso inteligente, pautado na racionalidade (ALMEIDA, 1999).

Sócrates nada escreveu. Seu legado chega até nós graças aos seus discípulos, como Aristófanés, Xenofonte e, principalmente, Platão. A respeito de sua filosofia, Reale afirma que (...) a filosofia socrática mostra ter tido peso decisivo no desenvolvimento do pensamento grego e, em geral, do pensamento ocidental, inclusive em direções que a historiográfica filosófica do século passado esteve bem longe, não só de conhecer, mas também de simplesmente suspeitar (REALE, 1993, p. 253).

Segundo Reale (1993), as finalidades do método dialógico socrático são, fundamentalmente, de natureza ética e educativa, tendo em vista a exortação à virtude, o convencimento do homem de que a alma e o cuidado desta são o máximo bem para o homem, a purificação da alma provando-a fundo com perguntas e respostas, para libertá-la dos erros e dispô-la à verdade.

Anota Pessanha (2000) que, através do diálogo, Sócrates levava o interlocutor a expressar opiniões referentes à sua própria especialidade, para em seguida interrogar a respeito do sentido das palavras empregadas.

Como já mencionado, o filósofo não deixou nada escrito e tudo o que se tem dele foi obtido de fontes indiretas. Certa vez, ele justificou o porquê de sua recusa à escrita:

Antigamente, havia um deus egípcio chamado Theuth. Certo dia, Theuth foi se encontrar com o rei do Alto Egito e começou-lhe a mostrar tudo que tinha inventado. Quando Theuth chegou ao alfabeto, explicou: 'esta é uma invenção que irá ampliar imensamente a sabedoria e a memória de seu povo'. O rei, no entanto, replicou: 'Ó, inventivo Theuth, seu alfabeto produzirá o efeito exatamente oposto ao que se espera. Assim que os egípcios passarem a confiar na sabedoria escrita deixarão de usar a memória, abandonando seus recursos interiores para adotar esses sinais externos (PLATÃO, 2003, p. 118-119).

Por meio de seu célebre ditado "só sei que nada sei", o grego visava tornar patente a fragilidade das opiniões de seus interlocutores, a inconsistência de seus argumentos e a obscuridade de seus conceitos.

Ao se assumir como alguém que sabe que nada sabe, Sócrates procura o saber privilegiando o diálogo, conta José Américo Motta Pessanha:

(...) Sócrates dedicava-se ao que considerava, desde certo momento de sua vida, sua missão – a missão que lhe teria sido confiada pelo deus de Delfos e que o tornara um "vagabundo loquaz": dialogar com as pessoas. Mas dialogar de modo a fazê-las tentar justificar os conhecimentos, as virtudes ou as habilidades que lhes eram atribuídos (PESSANHA, 2000, p. 6).

Dizia o filósofo que o uso da escrita se assemelha à pintura, pois as figuras pintadas têm atitude de pessoas vivas, mas caso alguém as interrogasse, permaneceriam caladas, acontecendo de modo semelhante com os livros e os discursos escritos.

Aprofundava o máximo possível em toda forma de conhecimento e acreditava que a busca incessante pelo saber o tornaria um homem melhor e mais justo, daí sua célebre frase: "conhece-te a ti mesmo". Eis a razão de fazer com que os filósofos ficassem a debater por horas a respeito de determinado tema, visando chegar ao saber universal.

A filosofia socrática influenciou vários discípulos, que passaram a ser destinatários de seus ensinamentos, entre os quais se destaca Platão. Este, apesar de ter captado intensamente a influência

dos defensores da cultura escrita, teve como mestre Sócrates, que encarnou de maneira paradigmática a cultura fundada na oralidade, influenciando-o de maneira considerável.

Platão vivenciou o choque entre a cultura oral e a cultura escrita: “Viveu em um momento em que a dimensão da oralidade, que constituía o eixo de sustentação da cultura antiga, perdia importância em favor da dimensão da escritura, que se tornava predominante” (REALE, 1994, p. 13).

O filósofo teve consideráveis críticas à escrita, em especial na parte final do Fedro e na chamada “digressão filosófica”, da Carta VII.

Embora tenha como peculiaridade o texto escrito como expressão de seu pensamento, Platão, conforme informa Reale, em seus auto testemunhos do Fedro, diz expressamente, que o filósofo não consigna por escrito as coisas de “maior valor”, que justamente são as que tornam um homem filósofo.

Tanto Platão com as afirmações explícitas feitas sobre os seus escritos, como os seus discípulos que nos informaram da existência e dos principais conteúdos das “Doutrinas não-escritas” comprovam, de modo irrefutável, que os escritos não são para Platão a expressão plena e a comunicação mais significativa do seu pensamento e que, em consequência, mesmo possuindo nós todos os escritos de Platão, de todos esses escritos não podemos extrair todo o seu pensamento, e a leitura e a interpretação dos diálogos devem ser levadas a cabo numa nova ótica (REALE, 1994, p. 11).

Assim, Platão, nos auto testemunhos do Fedro, apresenta as deficiências que o filósofo atribui ao escrito que o impedem de comunicar as verdades supremas de modo adequado.

Na visão do pensador, a escritura não aumenta o saber dos homens, mas aumenta a aparência do saber; não fortalece a memória, mas oferece apenas meios para “trazer à memória” coisas já sabidas.

O escrito é sem alma, não é capaz de falar ativamente, é incapaz de ajudar-se e defender-se sozinho das críticas, exigindo sempre a intervenção ativa do seu autor. Seria a escritura, portanto, uma cópia do discurso, um jogo que, embora pareça bonito em certos glosados, não pode ensinar e fazer com que se aprenda de maneira adequada.

Já a oralidade, para o filósofo, é o discurso vivo e animado e, por meio da ciência, gravado na alma de quem aprende, e implica uma grande “seriedade”, alcançando resultados muito mais válidos que os escritos. Deste modo, a clareza, a completude e a seriedade estariam unidas apenas à oralidade dialética.

Os auto testemunhos de Platão impressos no Fedro demonstram que o escrito possui limitações que o afastam do modelo originário, não sendo capaz de expressar a verdade de modo adequado, necessitando, portanto, do “socorro” dialético da oralidade.

Sob a mesma perspectiva, merece destaque também a contribuição de Aristóteles, para quem a retórica “é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão” (ARISTÓTELES, 1964, p. 22).

Para o estagirita, o objetivo da retórica é persuadir, descobrir os modos de persuadir em geral e sobre quaisquer argumentos, distinguindo-a em três espécies: a) umas residem no caráter do orador; b) outras em dispor o ouvinte de determinada maneira; c) as outras, enfim, no próprio discurso, através da demonstração ou da aparência de demonstração.

Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral, mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. (...) Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio. (...) Enfim, é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir (ARISTÓTELES, 1964, p. 22-23).

Aristóteles, procurando um caminho entre Platão e os sofistas, encarou a retórica como arte que visava descobrir os meios de persuasão possíveis para diversos argumentos.

É neste quadro miscigenado de filósofos que a retórica evoluiu, tornando-se a arte de falar de modo a persuadir e a convencer diversos auditórios, além de despertar a sabedoria e conhecimento.

5 OS ORADORES DE ROMA

A oratória era tão importante entre os romanos como era entre os gregos. Desde os primeiros tempos de Roma, o cidadão romano, voltado para a política e o direito, empenhou-se em encontrar as melhores formas para se expressar em público, objetivando conquistar seus ouvintes e persuadi-los.

Nesse contexto, desenvolveram técnicas de oratória que fizeram da eloquência uma arte.

Considerado o maior orador que o mundo romano conheceu, Cícero (Marcus Tullius Cicero, 106-43 a.C.) inaugurou o considerado “primeiro período clássico da literatura latina” (CARDOSO, 2011, p. 141).

Sua estreia como orador se deu quando era ainda um jovem advogado, e desde então utilizou seus discursos voltados à exploração da palavra e com objetivo de persuadir, com a finalidade de ganhar suas causas, adquirindo reputação e satisfazendo ao cliente e à sua própria ambição.

O orador romano distinguia cinco fases na obra oratória:

Em primeiro lugar, a invenção (o orador deveria reunir todos os elementos possíveis relacionados com a causa, para poder narrar os fatos, explorá-los em benefício dos clientes e refutar os argumentos contrários); em seguida a disposição (o orador deveria organizar as ideias), a memorização (todos os fatos deveriam ser perfeitamente conhecidos e dominados), a elocução (quando o orador procuraria adequar a frase ao que seria dito) e a ação (o manejo da voz, quanto a entonação e timbre, o uso do gesto e da postura corporal) (CARDOSO, 2011, p. 156).

Para Cícero, o discurso não devia apenas dizer alguma coisa, devia ensinar, agradar e comover. Suas obras parecem atingir estes objetivos. Quanto ao domínio da língua, Zélia de Almeida Cardoso leciona a respeito do orador romano e de sua decadência:

As frases se harmonizam e o ritmo compõe uma espécie de música: rápido nas invectivas e nos momentos patéticos, lento e majestoso nos exórdios e nas exposições. Todas essas qualidades fizeram de Cícero o grande orador que o mundo romano conheceu, mas levaram-no também à ruína e à destruição. A causticidade das Filípicas alvejou Marco Antônio, mas atingiu de forma mais violenta aquele que as concebeu (CARDOSO, 2011, p. 157).

Do ano 81 a. C a 43 a.C. são muito numerosas as peças oratórias compostas por Cícero, chegando ao número de cinquenta e seis, dividindo-as em discursos judiciais, civis e criminais, e em discursos políticos.

A vida movimentada de Marco Túlio Cícero, ligada à atividade política de Roma no século I a.C., é o exemplo do poder e da vulnerabilidade do orador antigo. Deste modo, narra Kristeva:

Proclamado Pai da pátria, depois exilado, depois novamente aceite por uma Roma que o acolhe triunfalmente, compõe o seu elogio de Catão ao qual César responde com um anti-Catão; escreve as suas célebres Filípicas contra Antônio, para ser finalmente morto pelos soldados do triúmviro, por ordem de Antônio. Cícero criou uma nova língua; trouxe a Roma a lógica e a filosofia gregas e, num estilo irresistível, serviu um ideal político, misto de aristocracia e de governo popular; mas sobretudo levou ao apogeu a embriaguez de se erigir como possuidor e senhor de uma fala que lhe assegura a dominação dos seus destinatários, aos quais é reservado apenas o papel de serem o silêncio que suporta o seu verbo (Kristeva, 1969, p. 390-391).

Por sua vez, Quintiliano (Marcus Fabius Quintilianus, 30 d.C.- 95 d.C.), advogado e proprietário de famosa escola de retórica, notabilizou-se tanto por ter procurado reconduzir a oratória a suas dimensões legítimas, colocando-a a serviço da pátria e do direito, como por ter-se preocupado sobretudo com questões de ordem moral.

Embora ambiciosa pela própria extensão, a obra de Quintiliano tem um objetivo único: explicitar o necessário para a formação do orador. A fórmula defendida por ele é a mesma que fora preconizada por Catão, o Censor: o orador deve ser “o homem de bem, capaz de discursar” (CARDOSO, 2011, p.166).

Mestre dos jovens, Quintiliano exerceu influência sobre estes, podendo-se citar Plínio, seu discípulo, “que soube unir a uma brilhante carreira política o renome de um homem de letras voltado para a eloquência e a epistolografia” (CARDOSO, 2011, p. 159).

Embora reconhecido como grande orador de sua época, poucos discursos foram publicados. O Panegírico de Trajano, possivelmente, é a ampliação de um discurso pronunciado por Plínio, quando de sua designação, pelo imperador, como cônsul.

Bastante extenso, revela uma prolixidade provavelmente intencional, superabundância de elementos retóricos e preocupação excessiva com o elogio fácil. O texto, entretanto, tem o mérito de revelar-nos aspectos importantes da vida política da época, sobretudo os que dizem respeito às reformas feitas por Trajano (CARDOSO, 2011, p. 159).

Diversos romanos utilizaram da oratória para ascender na vida política e influenciar as demais pessoas por meio do poder de seus discursos.

Com o passar do tempo, as escolas de retórica mudaram suas diretrizes. Ao invés de prepararem oradores para o exercício do direito da política, passaram a treinar as pessoas apenas para exibir o manejo da língua em suas múltiplas possibilidades de expressão, destituídas de qualquer outra função.

6 AS NARRATIVAS ORAIS

O ato de narrar é uma das mais antigas formas de expressão popular.

Para o filósofo alemão Walter Benjamin (1994), a narrativa é uma experiência acumulada ao longo das vivências e tem como matéria prima o que se pode recolher da tradição oral.

Em sua concepção, narrar é uma forma artesanal de comunicação, é intercambiar experiências, é tecer um fio que se alimenta diariamente dos fios da memória, perfazendo uma rede construída com o tempo, como no trabalho manual.

As narrativas orais, para Joaquim O. Barbosa, caracterizam-se por:

(...) mais do que o relato de um fato, onde aparecem personagens enigmáticos, seres que habitam lugares comuns como os rios e as matas, são narrativas da vida, como destaca Todorov e são também histórias de vida. São tesouros semeados na mente de quem um dia as ouviu. São relatos, memória e poesia contados e cantados pelas vozes poéticas de homens e mulheres simples, pescadores, lavradores, seringueiros que, com a mesma habilidade com que tecem as malhadeiras, peneiras e tipitis, contam/tecem os causos que ouviram, que também presenciaram, e fazem questão de dizer “Aconteceu comigo!” e, por isso, deles são também personagens (BARBOSA, 2011, p. 11).

Já Salvatore D'Onofrio define narrativa como:

(...) todo discurso que nos apresenta uma história imaginária como se fosse real, constituída por uma pluralidade de personagens, cujos episódios de vida se entrelaçam num tempo e num espaço determinado. Nesse sentido amplo, o conceito de narrativa não se restringe apenas ao romance, ao conto e à novela, mas abrange também o poema épico e outras formas menores de literatura (D'ONOFRIO, 2007, p. 46).

No ato de contar histórias, não basta o saber contar, mas o como contar. Não se dá apenas pela vocalidade, mas também pela performance, pelo calor das palavras, pelos gestos, pelas expressões faciais, os murmúrios e muitos outros recursos de que se vale o contador para dar sentido ao que conta:

Ao contar, o narrador-contador tem que conquistar seu espaço, prender a atenção do ouvinte e assim possibilitar que a história seja contada. Um bom

contador é aquele que sabe seduzir a sua plateia. E quando o ouvinte começa a fazer perguntas, pedir esclarecimentos sobre determinado fato, é sinal de que está atento ao que está sendo contado. Em muitos casos, o silêncio é visto como um problema, em outros, como atenção, reflexões silenciosas. “Pensar com os botões”, como dizem os velhos (BARBOSA, 2011, p. 33).

Uma história bem contada permanece ao longo dos tempos na memória de quem ouviu.

Ao ouvir as histórias sobre o Boto e o Curupira e tantas outras, pode-se entender por que o desejo de ouvir histórias permanece latente em cada um de nós. Ouvir e contar são atividades terapêuticas também. Ao contar, o homem extravasa seus sentimentos e permite que seus ouvintes compartilhem de momentos tão particulares da escuta. Contar é momento de sedução, em que contador e ouvinte partilham de situações únicas, seja através do olhar, seja pelo sorriso ou até mesmo por meio do silêncio. No silêncio, escuta-se e aprende-se (BARBOSA, 2011, p. 13).

Frederico Fernandes (2007) estabelece diferenças entre um contador e um narrador. Para o estudioso, o narrador apresenta um vínculo com a comunidade narrativa e não prioriza a técnica em detrimento do conteúdo, ao passo que o contador compromete-se com o espetáculo, não responde pela história e seu discurso não está comprometido com o grupo da comunidade que representa.

De acordo com FERNANDES (2007), a diferença principal entre o contador de histórias e o narrador está no fato de que o primeiro é um ator, que tem por objetivo principal a interpretação; o segundo é um membro da comunidade narrativa que está compartilhando experiências. Para o narrador, a potencialidade de materialização do texto é menos significativa do que a mensagem que ele visa comunicar. (...) A voz do narrador é dupla: ruído e discurso.

Por sua vez, Walter Benjamin (1994) ressalta que o narrador retira da sua experiência e das experiências de outras pessoas o material necessário para as suas narrativas.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica (BENJAMIN, 1994).

Essas narrativas, ainda que contem histórias de grupos ou de sujeitos singulares, são sempre universais.

De boca em boca, pelas repetições constantes, chegou até nós aquilo que hoje chamamos de histórias, as narrativas orais populares. Numa corrente tecida ao longo de séculos, a experiência humana vem sendo intercambiada pela voz, de pessoa para pessoa, sem cair no esquecimento. Quando a oralidade é o único meio de comunicação, as narrativas orais são a maneira própria de essa sociedade transmitir seus valores e seus sentimentos aos mais jovens. Por meio dessas formas, tais como as lendas e os mitos, que se transmitiram/transmitem experiências, conceitos, e todo um conjunto de valores (BARBOSA, 2011, p. 19).

É a partir da necessidade de perpetuar, de transmitir e de trocar informações que se instala a figura daquele que conta, porque existem outros que precisam ouvir. Neste sentido, Shikida e Moura (2007) aduzem que a responsabilidade para com a memória é primordial no fazer comunitário, pois é um dizer que cria algo novo, mesmo repetindo aquilo que muitas vezes já foi dito.

A voz se faz mais que presente nas narrativas orais, é elemento imprescindível, conforme demonstra Joaquim O. Barbosa: O que hoje se

chama de literatura popular oral tem fundamento na oralidade; na voz dos poetas, dos contadores. Em algumas das formas populares como o cordel, por exemplo, o fundamento principal é a voz, embora sejam cultivadas através da escrita. Antes da escrita vem a voz (BARBOSA, 2011, p. 20).

As narrativas orais, enquanto formas de expressão, constituem parte da identidade cultural de um povo e têm sido mantidas, apesar das transformações sofridas no tempo e no espaço, variando conforme a sociedade em que estão inseridas.

As narrativas orais se estendem para além das palavras de seu contador/ (en)cantador, como além vão os mistérios dos rios e das matas amazônicas. Elas se constituem no verbal, no musical e no gestual. Elas revelam um sem-fim de histórias fiadas, tecidas, entrelaçadas no tempo e permanecem até hoje ensinando e encantado (BARBOSA, 2011, p. 36).

Assim, nas narrações orais, bem como nas cantigas, nos provérbios e nas orações, a voz é presente, pois representa uma tradição, encarregada de transmitir valores culturais, sentimentos, ideias e emoções, de geração para geração.

CONCLUSÃO

O presente trabalho desenvolveu-se no sentido de analisar a oralidade como forma de linguagem, considerando-a, para tanto, como uma prática social interativa para fins comunicativos, imprescindível à diferenciação do homem em face de outros animais.

A pesquisa observou que, na realidade, a linguagem é tão esmagadoramente oral que, ainda hoje, centenas de línguas ativas nunca foram escritas, enquanto “a oralidade básica da linguagem é constante” (ONG, 1998, p. 15).

Os historiadores, buscando encontrar a origem da oralidade, tentaram descobrir as leis primordiais da língua observando os hábitos locutórios das pessoas bilíngues e políglotas. No entanto, conforme demonstrou Kristeva (1969), a única conclusão que chegaram foi o processo através do qual uma língua já constituída é aprendida pelos sujeitos de uma determinada sociedade, podendo elucidar sobre as particularidades psicológicas dos sujeitos que falam ou aprendem uma certa língua, embora não tenham conseguido esclarecer o processo histórico de formação e a origem da linguagem.

Viu-se que, no Ocidente, entre os antigos gregos, a fascinação apresentou-se na formação da vasta e rigorosamente elaborada arte da retórica, que significava, basicamente, o ato de falar em público, ou oratória, o que, durante séculos, até mesmo nas culturas escritas e tipográficas, permaneceu praticamente como o paradigma de todo o discurso.

No que concerne ao pensamento de Sócrates sobre a questão, analisou-se a distinção que considerava fundamental entre a retórica dos sofistas e o diálogo socrático. Para ele, eram necessárias indagações que proporcionassem um discurso inteligente, pautado na racionalidade, ao passo que a retórica dos sofistas não despertava o conhecimento.

Para Platão, que vivenciou o choque entre a cultura oral e a cultura escrita, a escritura não aumentaria o saber dos homens, mas apenas a aparência do saber, sendo, pois, uma cópia do discurso. Por outro lado, considerava a oralidade como o discurso vivo e animado, em relação à qual a clareza, a completude e a seriedade estariam unidas.

Aristóteles, por sua vez, entendia a retórica como a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão. Procurando um caminho entre Platão e os sofistas, encarou a retórica como a arte que visava descobrir os meios de persuasão possíveis para diversos argumentos.

Entre os romanos, observou-se que a retórica era tão importante como era entre os gregos, sendo que, desde os primeiros tempos, o cidadão romano empenhava-se em encontrar as melhores formas para se expressar em público, objetivando conquistar seus ouvintes e persuadi-los.

No que tange às narrativas orais, verificou-se que, segundo a concepção de Walter Benjamin (1994), a narrativa é uma experiência acumulada ao longo das vivências e tem como matéria prima o que se pode recolher da tradição. Enquanto formas de expressão, constituem parte da identidade cultural de um povo e têm sido mantidas, apesar das transformações sofridas no tempo e no espaço, variando conforme a sociedade em que estão inseridas.

Pode-se dizer, em síntese, que o que hoje se chama de literatura popular oral tem fundamento na oralidade; na voz dos poetas, dos contadores. Em algumas das formas populares como o cordel,

por exemplo, o fundamento principal é a voz, embora sejam cultivadas através da escrita (BARBOSA, 2011, p. 20), de modo que possa se afirmar que antes da escrita sempre vem a voz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Maria Azevedo de. **O antagonismo entre Retórica e Filosofia no Górgias de Platão**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

ARISTÓTELES. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; 1 ed., 1986.

BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. **Narrativas Oraís: performance e memória**. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

BARTHES, Roland. **A Aventura Semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASILEIRO, Márcio José Temóteo Horizonte. **Contribuição dos sofistas para o grande impulso da evolução da filosofia grega tendo como contraposição Sócrates vindo a contribuir para o desenvolvimento da filosofia ocidental**. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/esmp/publicacoes/ed1/artigos/05-contribuicao_sofistas_para_grande_impulso_evolucao.pdf> Acesso em: 12 setembro. 2020.

BRANDÃO, Jacinto Lins. História Oral e memória no mundo grego. In: Encontro Nacional de História Oral, 5, 1999. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABHO/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UFMG, 1999.

CALMON, Petrônio. O modelo oral de processo no século XXI. In: **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **A Literatura Latina**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito: geral e Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DEL VECCHIO, Giorgio. **História da Filosofia do Direito**. Belo Horizonte: Líder, 2006.

DINUCCI, ALDO. **Apresentação e tradução do Elogio de Helena de Górgias de Leontinos**. In: *Ethica*, 2009, v. 16, n. 2, p. 201-212.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Forma e sentido do texto literário**. São Paulo: Ática, 2007.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **A voz e o sentido**. Poesia oral em sincronia. São Paulo: UNESP, 2007.

FINLEY, Moses. **Os gregos antigos**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GLOTZ, Gustave. **A cidade grega**. (Tradução de La Cité Grecque, 1928). São Paulo: Difel, 1980.

GOULART, Juliana Ribeiro. Por uma nova cultura dialógica no processo: o princípio da oralidade como instrumento de efetivação de uma escuta criativa. **Revista Jurídica**, Brasília, v. 10, n. 92, p.01-26, out./2008 a jan./2009

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Manuel Odorico Mendes. Rio de Janeiro: Typographia Guttemberg, 1874.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. Atividades de retextualização. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papirus, 1998.

PESSANHA, José Américo Motta. **Sócrates, vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. Vol. I. São Paulo: Loyola, 1993.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1994.

REYZÁBAL, Maria Victoria. **A comunicação oral e sua didática**. Bauru: EDUSC, 1999.

SHIKIDA, Aparecida; MOURA, Maria Aparecida. **O papel das fontes orais na construção social do conhecimento**. Anais do VII Encontro regional sudeste de história oral: memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2007, v. 1.